

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/14

DIA:	06/01/2015
HORA:	09:00 horas
LOCAL:	Sala de Licitações
ENDEREÇO:	Av. Pátria, 1351 – Bairro Sommer – Carazinho - RS
INFORMAÇÕES:	Fone: (54)3329-9900 Segunda à Sexta: 08:00 às 11:55 e das 13:30 às 18:00 horas E-mail: compras1@eletrocar.com.br Site: www.eletrocar.com.br

O DIRETOR PRESIDENTE DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima indicados, se reunirá a Comissão de Licitações, designada pela Portaria da Diretoria Executiva da ELETROCAR nº 895, de 31/10/2014, com a finalidade de receber os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas, objetivando a contratação de empresa do ramo pertinente ao objeto do presente certame, para **Execução de Serviços de Auditoria Independente**, processando-se essa licitação do **Tipo Menor Preço**, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/06 no que dispõem seus artigos 42 a 49 e a Lei nº 11.488/07.

1. INSTRUÇÕES AOS PROPONENTES

1.1 O objetivo destas instruções é determinar os procedimentos relativos à preparação, apresentação e julgamento das Propostas até a adjudicação e assinatura do contrato.

1.2 O Proponente deve seguir as presentes instruções, pois a não observância de quaisquer de suas disposições, poderá levar à sua inabilitação, bem como à rejeição da Proposta, independentemente dos motivos que possam ser alegados.

1.3 Não será aceita em nenhuma hipótese Proposta alternativa. A Proposta deverá ater-se obrigatoriamente ao Edital.

1.4 O Proponente deverá conhecer o conteúdo da legislação pertinente, visto que não será considerada pela ELETROCAR alegação posterior, de qualquer óbice nela contido que o impeça de manter e assinar o contrato.

1.5 Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de habilitação e/ou proposta.

1.6 É de responsabilidade do Proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital, os quais serão disponibilizados no “site” www.eletrocar.com.br, no link “licitações”. É importante que o Proponente acesse o “site” referido, previamente à entrega da Proposta.

2. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação, a Contratação dos serviços determinados abaixo, conforme os detalhes e especificações constantes do Termo de Referência, anexo a este edital:

a) A Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias para o ano base 2014 (exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro), de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, o Manual de Auditoria da ANEEL e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e suas resoluções e Despachos referentes as instruções para o encerramento do exercício.

b) Auditoria do Relatório do Controle Patrimonial – RCP, exame, avaliação e validação de valores e informações contidas no Relatório de Controle Patrimonial-RCP para o período base de 31/12/14, conforme Manual de Auditoria do RCP emitido pela Aneel.

3. DO EDITAL

3.1 O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos, serão disponibilizados gratuitamente, no “site” www.eletrocar.com.br, no “link” de licitações.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR

4.1 De acordo com o estabelecido no inciso III, do artigo 9º, da Lei nº 8.666/93, não poderá participar direta ou indiretamente da presente licitação, qualquer pessoa que mantenha vínculo empregatício com a ELETROCAR, bem como Proponentes que possuam empregados da ELETROCAR no seu quadro de pessoal, inclusive na condição de dirigente ou sócio.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 Certificado de Registro Cadastral (**CRC**) expedido pela Eletrocar, válido na data prevista para a apresentação das propostas.

Obs.: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.2 Declarações conforme modelos (Anexos I e II)

5.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica, específico **para cada item** cotado pela licitante, expedido(s) por Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, que comprove(m) a aptidão em prestação de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

5.4 Certidão de Regularidade Profissional do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Contabilidade – **CRC**.

5.5 Comprovação de Inscrição do Responsável Técnico junto à Comissão de Valores Mobiliários – **CVM** (Ato Declaratório).

5.6 Comprovação do vínculo do Responsável Técnico (5.4 e 5.5) com a Licitante, **no momento da habilitação**, através de:

- (i) trabalhista: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de ficha de registro de empregado ou anotação na CTPS, por exemplo;
- (ii) contratual: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de instrumento de contrato de prestação de serviços; ou
- (iii) societário: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigência, ou através de cópia da Certidão Simplificada da Junta Comercial.

5.7 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração (conforme modelo anexo III) firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, e comprovação de opção emitida através do site da Secretaria da Receita Federal, **em caso de enquadramento** no SIMPLES NACIONAL, além de todos os documentos previstos neste edital.

5.8 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, e conforme o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de

junho de 2007, gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 à 45 da LC 123/06, desde que também apresentem no envelope de habilitação, declaração firmada por contador de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital. (Anexo IV);

5.9 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender aos itens 5.7 e 5.8, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

5.9.1 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.9.2 O prazo de que trata o item 5.9 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.9.3 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.9 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Observações:

a) Para cadastramento, a Licitante deverá requerer sua inscrição com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura das propostas, junto a Comissão de Cadastro de Fornecedores da Eletrocar. A relação de documentos necessários para cadastro poderá ser obtida na página de licitações da Eletrocar, no site: www.eletrocar.com.br

b) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter endereço e telefone da declarante e ser(em) assinado(s) por seu(s) representante(s) legal(is), se reservando a Comissão de Licitação, o direito de promover diligência para esclarecimentos que julgar pertinentes, como previsto no § 3º, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93.

c) O profissional aludido nos itens 5.4 e 5.5 deste edital deverá ser o Responsável Técnico em todas as fases da licitação e da execução contratual, podendo ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente aprovada pela ELETROCAR.

d) Todos os documentos acima solicitados deverão ter validade na data da abertura do Envelope nº 01 – Da Habilitação. Quando não constarem a sua validade expressa, serão aceitos pela ELETROCAR, quando emitidos com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura do Envelope nº 01 – Da habilitação, exceto as comprovações que têm o prazo de validade de caráter permanente.

e) Os documentos constantes dos itens 5.1 a 5.8 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário da ELETROCAR ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (*internet*) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados, pela ELETROCAR.

f) É vedado a mesma pessoa física representar mais de uma licitante.

6. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, **em dois envelopes distintos**, fechados e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR TOMADA DE PREÇOS Nº xxxxx Proponente (Nome Completo) CNPJ Fone/fax/e-mail Data abertura:...../...../.....Hora:.....	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A-ELETROCAR TOMADA DE PREÇOS Nº xxxxxx Proponente (Nome Completo) CNPJ Fone/fax/e-mail Data abertura:...../...../.....Hora:.....

6.1 **Para a habilitação a licitante deverá apresentar no envelope nº 1:**

6.1.1 A documentação constante no item 5.

7. **O envelope de Preço (Envelope nº 02) deverá conter:**

7.1 A **Proposta de Preços** que deverá ser apresentada conforme o modelo do Anexo VI deste edital, em papel timbrado ou com carimbo da empresa, estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas.

7.2 Constará na Proposta de Preços, também:

7.2.1 A Razão Social completa da empresa, endereço atualizado, número de inscrição no CNPJ, telefone/fax/e-mail, nome da pessoa indicada para contato e nome e dados da pessoa autorizada a assinar o contrato.

7.2.2 Descrição sucinta dos serviços a serem prestados de acordo com o especificado neste edital e seus anexos. (Modelo de Proposta do Anexo VI).

7.2.3 Preço total por item, expresso em reais e por extenso. (Modelo de Proposta do Anexo VI).

7.2.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data apazada para sua entrega.

Observações:

a) O preço a ser apresentado será fixo e irrevogável, e nele deverão estar contemplados impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre os serviços. Considerar-se-á que o preço ofertado é completo, incluindo mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto licitado. O preço também incluirá despesas com locomoção, estadia, alimentação, e demais despesas acessórias não mencionadas neste edital que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do presente Edital.

b) Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

c) Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também, em eventual contratação.

d) Ocorrendo discrepância entre o valor expresso em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo a comissão de licitação proceder as correções necessárias.

8. DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento das propostas será do tipo **Menor Preço**.

8.2 As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, considerando o vencedor, dentre os qualificados, o Licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM** para a execução dos serviços.

8.3 Em caso de empate entre as propostas será assegurada a preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Neste caso as microempresas e empresas de pequeno porte terão um prazo de **02 (dois)** dias úteis, a contar da data da ciência do ocorrido, para entrega da nova proposta.

8.3.1 Permanecendo o empate e obedecido o disposto no artigo 3º, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93, a decisão dar-se-á por sorteio para o qual serão convocados, com antecedência, todos os licitantes interessados.

8.3.2 O referido sorteio será realizado independentemente do comparecimento dos representantes, circunstância esta que será devidamente registrada em ata correspondente.

8.4 O julgamento das propostas será regido em todos os seus termos pela Lei Federal nº 8.666/93, em seus artigos 43, 44 e 45, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no que dispõe seus artigos 42 a 49.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Qualquer impugnação aos termos do presente edital deverá ser protocolada de acordo com o disposto no item 9.3, no prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.2 Das decisões da Comissão Julgadora da Licitação, caberá recurso nos termos do estabelecido no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.3 Eventuais impugnações ao edital ou recursos contra as decisões da Comissão deverão ser dirigidos ao Diretor Presidente e protocolizados nos dias úteis das 08:00 às 11:55 e das 13:30 às 18:00 horas, à Av. Pátria, 1351 – Carazinho – RS.

10. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a ELETROCAR convocará o vencedor para assinar o contrato, cuja minuta integra o presente edital. O vencedor deverá assiná-lo num prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de aplicação do previsto no parágrafo 2º, do artigo 64, da Lei nº 8.666/93.

10.2 No caso da vencedora deixar de assinar o Termo de Contrato, no prazo mencionado no item 10.1, sem justificativa por escrito, aceita pela **ELETROCAR**, decairá do direito da vencedora, sujeitando-se, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado, e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a ELETROCAR por um prazo de 02 (dois) anos.

10.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a ELETROCAR convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no item 14.17 do presente edital.

10.4 Os prazos de que tratam os itens anteriores poderão ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso dos respectivos prazos.

10.5 O prazo de execução dos serviços desta licitação fica vinculado à conclusão dos serviços contratados no prazo estabelecido para cada item, conforme Termo de Referência, anexo, podendo ser prorrogado, a critério da ELETROCAR e com a anuência da Contratada, na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

10.6 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme minuta de contrato, anexo.

11.2 Os pagamentos serão feitos sempre mediante a fiscalização e aprovação dos trabalhos pela Eletrocar.

11.3 A Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura deverá ser emitida pela mesma jurisdição fiscal de onde foi expedida a certidão de regularidade municipal apresentada para cadastramento.

11.4 Ocorrendo atraso injustificado de pagamento incorrerá em multa de 2% sobre o valor devido e juros de mora de 1% a.m.

11.5 Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS

12.1 As despesas decorrentes desta licitação serão cobertas com recursos da Eletrocar.

13. DO ITEM ORÇAMENTÁRIO

13.1 As despesas decorrentes da contratação oriunda desta Licitação correrão à conta do item orçamentário nº 2.21.1001.

14. DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

14.1 Caso o Proponente deseje ser representado na licitação, deverá juntar instrumento público ou particular de procuração, outorgado pelo(s) representante(s) legal (is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame. A ausência dos referidos poderes na procuração, implicará a impossibilidade do representante manifestar-se em nome da empresa e assinar atos.

14.1.1 Esta Procuração deverá ser entregue quando da abertura da Documentação / Envelope nº 01, acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa, e de documento de identidade do representante para a devida identificação e correspondente anotação em ata, pela comissão.

14.2 No caso de estar presente na licitação o próprio Proponente, este deverá ser identificado através da apresentação à Comissão de Licitação no ato da abertura da Documentação / Envelope nº 01, do ato de investidura (contrato social, estatuto, ata, etc.) da respectiva empresa Proponente, acompanhado do documento de identidade.

Nota: A documentação referente à identificação de que tratam os itens 14.1, 14.1.1 e 14.2 deste Edital, deverá ser apresentada fora do envelope de Habilitação.

14.3 Aos interessados em participar da licitação, cumpre observar as disposições estabelecidas no parágrafo 2º, do artigo 22 da lei nº 8.666/93.

14.4 Para os proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 45.

14.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

14.6 A apresentação dos envelopes por parte da licitante interessada implica a total concordância com as condições do edital de licitação e da minuta do termo de contrato, exceto quanto à(s) cláusula(s) tempestivamente impugnada(s) com decisão administrativa ainda não transitada em julgado.

14.7 Não serão aceitas as propostas que não atenderem as condições gerais desta Licitação, bem como aos dispositivos legais em vigor, pertinentes à matéria.

14.8 É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da Tomada de Preços, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais às licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

14.9 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos, nem serão considerados documentos ou certidões com prazo de validade vencidos.

14.10 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados/legalmente autorizados, e os membros da Comissão Julgadora.

14.11 Até a data definida para a entrega da documentação, poderão ser feitos aditamentos ao edital, para rever, complementar ou modificar quaisquer itens. O prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas, somente será reaberto caso os aditamentos alterem a formulação destas.

14.12 Outros esclarecimentos ou informações pertinentes a esta licitação, deverão ser solicitados por escrito, ao órgão mencionado no preâmbulo deste edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega da documentação. A ELETROCAR prestará esclarecimentos, por escrito, a todos os proponentes, sem indicação do consulente, pelo meio mais rápido ao seu alcance.

14.13 Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79, da Lei nº 8.666/93.

14.14 A Licitante que vier a ser contratada, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões de até 25% do valor inicial contratado, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

14.15 A ELETROCAR reserva-se o direito de anular ou revogar esta licitação, observando o disposto no art. 49, parágrafos 1º ao 3º, da Lei nº 8.666/93 e legislação subsequente.

14.16 O envelope que não for aberto ficará em poder da Comissão de Licitações pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

14.17 PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante da licitação ou de Contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de Manter a Proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a ELETROCAR pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado do contrato.

b) Atraso injustificado na Execução: Sujeitará a Contratada à multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratado, limitado este a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual.

c) Inexecução parcial do contrato: Multa de 08% (oito por cento) sobre o valor contratado, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Eletrocar, pelo prazo de até 01 (um) ano.

d) Inexecução total do contrato: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Eletrocar, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

e) Recusa na entrega e não cumprimento de obrigação acessória: 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo das demais cominações legais conforme o art. 87 "caput" da Lei 8.666/93.

f) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: suspensão do direito de licitar e contratar com a ELETROCAR, pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

14.18 As penalidades serão registradas no cadastro da Contratada, quando for o caso.

14.19 Na aplicação das penalidades previstas no contrato, a ELETROCAR considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

14.20 Ocorrendo prejuízo à ELETROCAR, por descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, as indenizações correspondentes serão devidas, independentemente de cobrança judicial ou extrajudicial, reservando-se à ELETROCAR o direito de aplicação das demais sanções previstas neste contrato.

14.21 DO VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos legais é dado ao contrato originado pela presente licitação, o valor estimado de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

14.22 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante, Modelos de Declarações e de Proposta, Termo de Referência e Minuta de Contrato.

14.23 Melhores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:00 às 11:55h e das 13:30 às 18:00h, de segunda à sexta-feira, no Setor de Compras, sito na Pátria, 1351, em Carazinho-RS, ou pelo fone (54)3329-9900 / 9912, ou via e-mail compras1@eletrocar.com.br.

14.24 **PUBLICIDADE:** O aviso deste edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados nos Jornais "Diário Oficial do Estado-DOE", Cidade-"Editora Jornalística Jarros Ltda.", no órgão da Imprensa Oficial da ELETROCAR "Jornal DM Conexão-Clélia Fontoura Martins Pinto", e no site www.eletrocar.com.br.

Carazinho-RS, 09 de dezembro de 2014.

Erineu Clovis Xavier
Diretor Presidente

Eugenio Leonardo Vieira Grandó
Diretor Administrativo Financeiro

Este Edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____ / ____ / ____

Anderson Luís do Amaral
OAB/RS 23.841

ANEXO I

DECLARAÇÃO MODELO "A"

VÁLIDA SOMENTE COMO MODELO

Ref.: (identificação da Licitação)

A Empresa, inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador (da) Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ()

Nota: em caso alternativo, assinalar a ressalva acima.

data.....

.....

representante legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO

VÁLIDO SOMENTE COMO MODELO

A empresaatravés de seu representante legal, Sr.(a),
CPF, cargo na empresa, (Sócio ou Diretor), DECLARA, para fins de
direito, na qualidade de proponente da licitação instaurada pela Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, que não foi
declarada **INIDÔNEA** para licitar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, bem como de que comunicaremos qualquer
fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade
jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

....., dede 2014.

Assinatura do representante legal acima qualificado e carimbo da empresa.

(se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação por servidor da
Administração)

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

VÁLIDA SOMENTE COMO MODELO

A empresa..... inscrita no CNPJ sob nº/....., através de seu representante legal, Sr.(a)....., CPF nº, cargo na empresa (Sócio ou Diretor)....., DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, e que perante o SIMPLES NACIONAL está de acordo com a opção abaixo:

- () Optou e está enquadrada no regime tributário do Simples Nacional, conforme comprovante em anexo(emitir através do site da Secretaria da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br)
- () Não Optou e não está enquadrada no regime tributário do Simples Nacional.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

..... de de 2014.

Assinatura do **representante legal** acima qualificado e do **Contador**, com carimbo da empresa.

(se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda a autenticação por servidor da Administração).

(as empresas não enquadradas como **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, não anexarão a presente Declaração).

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE COOPERATIVA**VÁLIDA SOMENTE COMO MODELO**

A empresa..... inscrita no CNPJ sob nº/....., através de seu representante legal, Sr.(a)....., CPF nº, cargo na empresa (Sócio ou Diretor)....., DECLARA sob as penas da Lei, que atende o disposto no artigo 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e está apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

..... de de 2014.

Assinatura do **representante legal** acima qualificado e do **Contador**, com carimbo da empresa.

(as cooperativas não enquadradas no limite estabelecido , não anexarão a presente Declaração).

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/14

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

O presente Termo de Referência visa descrever as condições básicas necessárias à prestação de serviços de Auditoria, com vistas a propiciar o atendimento às exigências da Legislação Societária e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, contidas na legislação vigente para as companhias de Economia Mista e Concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica.

OBJETO:

É objeto do presente Termo de Referência, a contratação dos seguintes serviços:

- a) A Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias para o ano base 2014 (exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro), de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, o Manual de Auditoria da ANEEL e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e suas resoluções e Despachos referentes as instruções para o encerramento do exercício.
- b) Auditoria do Relatório do Controle Patrimonial – RCP, exame, avaliação e validação de valores e informações contidas no Relatório de Controle Patrimonial-RCP para o período base de 31/12/14, conforme Manual de Auditoria do RCP emitido pela Aneel.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Deverão ser desenvolvidas, no mínimo, as seguintes atividades / serviços:

a) Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatória e Societária:

- a.1) Auditoria das Demonstrações Contábeis, Regulatória e Societária, para o ano base 2014 (**exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro**), de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, o Manual de Auditoria da ANEEL e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e suas resoluções e Despachos, referente as instruções para o encerramento do exercício.
- a.2) A execução dos serviços será realizada após o encerramento das demonstrações contábeis, devendo ser apresentado o parecer da auditoria dentro das normas legais que regem a matéria, até o dia **15 de abril** do ano subsequente ao ano base.
- a.3) A execução dos serviços da Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatória e Societária contempla todos relatórios e demonstrações exigidos, bem como das Mutações do Ativo Imobilizado e Eficácia dos Controles Internos e será realizada com auditor com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, para elaboração de parecer a ser apresentado por ocasião da Assembléia Geral Ordinária e na forma da Lei, compreendendo o estrito cumprimento das normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, Comissão de Valores Mobiliários e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e determinações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- a.4) Para elaboração do Relatório de Auditoria, o auditor deverá observar as orientações contidas na NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados Sobre Informações Financeiras.

b) **Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP:**

b.1) Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP em conformidade com que estabelece o Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP da Aneel.

b.2) O prazo máximo para emissão do referido relatório é **30/03/2015**.

DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados na ELETROCAR / Área Contábil e Área de Tarifas, sito à Avenida Pátria, 1351 – Carazinho-RS.

DO PRAZO DE ENTREGA DO PARECER E DO RELATÓRIO

01) A Licitante vencedora deverá entregar o Parecer da Auditoria e os Relatórios na Sede Administrativa da ELETROCAR, à Av. Pátria, 1351 – Carazinho-RS, nos prazos estabelecidos nos subitens a.2 e b.2, acima.

02) Os prazos previstos no cronograma poderão ser alterados por razões não imputáveis aos serviços, mediante solicitação da contratada, ou através de ajuste específico entre as partes.

03) As empresas que não cumprirem os prazos estipulados estarão sujeitas às sanções estabelecidas no edital.

DO PAGAMENTO

O pagamento referente os serviços prestados será realizado conforme estabelecido na Minuta de Contrato, anexo.

Carazinho-RS, 09 de dezembro de 2014.

Erineu Clovis Xavier
Diretor Presidente

Eugenio Leonardo Vieira Grandó
Diretor Administrativo Financeiro

**Este Termo de Referência se encontra
examinado e aprovado pelo Gerente
Contábil / Requerente**

Em ____ / ____ / ____

Rui Luiz Toso

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/14

ANEXO VI

MODELO CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

À
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR

Ref.: Edital nº .../14. Modalidade Tomada de Preços

Assunto: Apresentação de Proposta

Objeto: Contratação de Serviços de Auditoria Independente para Demonstrações Financeiras 2014 e Relatório de Controle Patrimonial – RCP para o período base de 31/12/2014.

Apresentamos a V.Sas. a nossa proposta para a execução dos serviços, objeto do mencionado edital. Cumpre-nos informar-lhes que examinamos cuidadosamente toda a documentação para a elaboração desta Proposta, e declaramos que:

1. Recebemos e examinamos o edital e seus anexos, concordando com o que neles se encontra estipulado, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos serviços e fornecimentos aqui ofertados.
2. O prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data limite de entrega do conjunto proposta é de 60 (sessenta) dias.
3. Todas as despesas com a preparação e apresentação da presente proposta, correm unicamente por nossa conta.
4. Nos comprometemos a realizar os serviços como descrito nos documentos de licitação e de acordo com a legislação societária e os Manuais da ANEEL.
5. Reconhecemos o direito da ELETROCAR de contratar total, parcialmente ou não adjudicar o objeto licitado.
6. Concluiremos os serviços e fornecimentos no prazo estabelecido pela ELETROCAR.
7. Concordamos com as disposições contidas na Licitação Tomada de Preços Nº/2014 e reconhecemos o direito da ELETROCAR de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que assista qualquer direito indenizatório.
8. O preço ofertado para a execução do objeto da licitação epigrafada é de:

Item	Descrição	Valor Total (R\$)
a	Auditoria Demonstrações Contábeis	
b	Auditoria Relatório do Controle Patrimonial-RCP	
Valor Total Por Extenso:		

9. O preço é fixo e irrealizável e nele estão contemplados impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre os serviços. O preço inclui também despesas com locomoção, estadia, alimentação, e demais despesas acessórias não mencionadas neste edital que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta proposta.

Local e data,

Nome da empresa

Nome e assinatura do Representa Legal

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/14

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº 000/14

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR** E, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 000/14, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

A **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A**, empresa de serviços públicos de energia elétrica, doravante denominada **ELETROCAR**, com sede na Av. Pátria, 1351, Bairro Sommer, na cidade de Carazinho-RS, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal sob o nº 88.446.034/0001-55, neste ato representada por

e

....., doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na rua na cidade de, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, da Secretaria da Receita Federal sob o nº, por seu representante legal que ao final assina, tem entre si, justo e acertado, o que se contem nas cláusulas seguintes e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 8.666/93, e legislação subsequente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. É objeto do presente Contrato, a execução dos seguintes serviços:

1.1) A Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias e Societárias para o ano base 2014 (exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro), de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, o Manual de Auditoria da ANEEL e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e suas resoluções e Despachos referentes as instruções para o encerramento do exercício.

1.2) Auditoria do Relatório do Controle Patrimonial – RCP, exame, avaliação e validação de valores e informações contidas no Relatório de Controle Patrimonial-RCP para o período base de 31/12/14, conforme Manual de Auditoria do RCP emitido pela Aneel.

CLÁUSULA SEGUNDA – BASES DO CONTRATO

Os serviços e demais obrigações estipulados neste Contrato, baseiam-se nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição e passam a fazer parte integrante deste documento, em tudo o que não o contrariar, cujos termos, as Partes, neste ato, declaram conhecer e se obrigam a cumprir:

2.1 Licitação nº..... Modalidade: Tomada de Preços;

2.2 Proposta da **CONTRATADA** de

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS TRIBUTOS

3.1 Todos os tributos existentes na data da assinatura deste instrumento, correspondentes a execução do mesmo, ou dele decorrentes, correrão unicamente por conta da **CONTRATADA**;

3.2 A **ELETROCAR** somente aceitará revisão de preços em ocorrendo, criação, alteração de novos tributos ou extinção dos tributos existentes, após a data limite da apresentação da proposta, desde que, comprovadamente, reflitam-se nos preços acordados, de acordo com o disposto no artigo 65, § 5º, da Lei 8.666/93 e legislação complementar.

CLÁUSULA QUARTA – ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES

4. A **CONTRATADA** deverá, no mínimo, desenvolver as seguintes atividades / serviços:

4.1 Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatória e Societária:

4.1.1) Auditoria das Demonstrações Contábeis, Regulatória e Societária, para o ano base 2014 (**exercício social de 01 de janeiro a 31 de dezembro**), de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, o Manual de Auditoria da ANEEL e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e suas resoluções e Despachos, referente as instruções para o encerramento do exercício.

4.1.2) A execução dos serviços será realizada após o encerramento das demonstrações contábeis, devendo ser apresentado o parecer da auditoria dentro das normas legais que regem a matéria, até o dia **15 de abril** do ano subsequente ao ano base.

4.1.3) A execução dos serviços da Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatória e Societária contempla todos relatórios e demonstrações exigidos, bem como das Mutações do Ativo Imobilizado e Eficácia dos Controles Internos e será realizada com auditor com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, para elaboração de parecer a ser apresentado por ocasião da Assembléia Geral Ordinária e na forma da Lei, compreendendo o estrito cumprimento das normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, Comissão de Valores Mobiliários e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e determinações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

4.1.4) Para elaboração do Relatório de Auditoria, o auditor deverá observar as orientações contidas na NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados Sobre Informações Financeiras.

4.2) Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP:

4.2.1) Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP para o período base de 31/12/2014, em conformidade com que estabelece o Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP da Aneel.

4.3) O prazo máximo para emissão do referido relatório é **30/03/2015**.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 O prazo de execução do objeto do presente contrato fica vinculado à conclusão dos serviços contratados, no prazo estabelecido para cada item da cláusula quarta deste ajuste.

5.2 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de assinatura por ambas as partes, podendo, no interesse da **ELETROCAR** e com a anuência da **CONTRATADA**, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado conforme o disposto no Art. 57, da Lei nº 8.666/93, para as auditorias dos demais exercícios subsequentes.

5.3 A parte contratante que não pretender a prorrogação deverá manifestar a sua intenção, no prazo de 60 (sessenta) dias, antes do término de cada exercício contratual.

CLÁUSULA SEXTA – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 No início da vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá estabelecer em comum acordo com a **ELETROCAR**, o cronograma de execução dos trabalhos, considerando os prazos requeridos/licitados na cláusula quarta deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E PAGAMENTO

7.1 A **ELETROCAR** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços, objeto do presente contrato, desde que efetivamente prestados nas condições ajustadas, o valor total, fixo e irrevogável de R\$ (.....), sendo:

7.1.1 O valor de R\$.....(.....) pelos serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis;

7.1.2 O valor de R\$(.....) pelos serviços de Auditoria do Relatório do Controle Patrimonial - RCP.

7.2 A nota fiscal deverá ser emitida somente após a aprovação do Parecer da Auditoria ou Relatório Final, pelo fiscal do contrato.

7.3 O pagamento dos serviços será no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

7.4 A Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura deverá ser emitida pela mesma jurisdição fiscal de onde foi expedida a certidão de regularidade municipal apresentada para cadastramento, devendo nela constar obrigatoriamente o número deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado que não haverá cobrança de qualquer valor não previsto neste contrato. O preço do item 7.1 inclui todas as despesas com impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre os serviços, assim como as despesas com locomoção, estadia, alimentação, e demais despesas acessórias não mencionadas neste contrato que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto deste contrato.

7.5 Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

7.6 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **ELETROCAR**.

7.7 Toda e qualquer importância que deixar de ser paga na respectiva data do vencimento, será acrescida de multa moratória de 2% sobre o valor devido, e juros de mora de 1% a.m.

7.8 Fica estabelecido que todo e qualquer valor relativo a serviço não executado ou executado com imperfeição, não será pago pela **ELETROCAR**. Caso conste em documento de cobrança já liquidado será descontado no pagamento seguinte, ou de quaisquer créditos da **CONTRATADA** junto a **ELETROCAR**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observada a periodicidade mínima permitida por lei (12 meses), o valor advindo da execução dos serviços ora contratados, poderá ser atualizado anualmente pelo IGPM/Fundação Getúlio Vargas, desconsiderando os índices negativos, se houver. O índice aqui ajustado poderá ser substituído por outro equivalente na extinção deste.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Na execução do objeto do presente contrato, envidará a **CONTRATADA** todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

- 8.1.1 apresentar mediante assinatura do contrato, declaração indicando o nome dos profissionais que realizarão os serviços contratados, tendo como responsável técnico o contador apresentado na licitação (itens 5.4 e 5.5 do edital).
- 8.1.2 apresentar no início da vigência do contrato, a designação de um profissional para representá-la junto à ELETROCAR, promover o controle de pessoal, respondendo perante a CONTRATANTE, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por sua equipe.
- 8.1.3 conduzir os trabalhos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis e em estrita observância dos padrões legais e regulamentares em vigor;
- 8.1.4 apresentar à ELETROCAR, quando por esta solicitada e com base nas indicações fornecidas, o estágio dos serviços em relação à programação previamente estabelecida;
- 8.1.5 prestar serviços através de profissionais com vínculo direto (trabalhista, contratual ou societário) com a CONTRATADA e fazer com que cumpram rigorosamente todas as suas obrigações com boa técnica.
- 8.1.6 manter o devido zelo, segurança e sigilo sobre informações, e/ou elementos pesquisados ou fornecidos pela ELETROCAR;
- 8.1.7 divulgar informações acerca da prestação dos serviços deste Contrato que envolva o nome da ELETROCAR, somente com expressa autorização desta.
- 8.1.8 prestar esclarecimentos à ELETROCAR, sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.
- 8.1.9 assumir inteira responsabilidade pelas obrigações avençadas perante os serviços credenciados e pelos riscos com materiais e pessoas, em decorrência da execução dos serviços contratados.
- 8.1.10 responsabilizar-se pela participação efetiva do Responsável técnico indicado na licitação vinculada a este contrato, durante a execução dos serviços, objeto deste instrumento.
- 8.1.11 responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 8.1.12 quaisquer ônus de natureza fiscal e/ou tributária, imputados à ELETROCAR pelos órgãos competentes, devido ao descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações.
- 8.1.13 não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da ELETROCAR.
- 8.1.14 as despesas salariais, trabalhistas, tributárias, acidentárias, previdenciárias, bem como as de natureza civil e/ou penal, tais como definidas na legislação brasileira, referentes ao seu pessoal.
- 8.1.15 as despesas de viagem, estadia e alimentação do pessoal necessário à execução dos serviços, objeto do presente contrato.
- 8.1.16 a garantia da perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se inteiramente pela sua realização, e pela fiel observância ao objeto do presente contrato.
- 8.1.17 manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.18 providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela ELETROCAR quanto à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 Além de outras dispostas neste contrato, são obrigações da ELETROCAR:

- 9.1.1 o esclarecimento, em tempo hábil, de toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços.
- 9.1.2 a comunicação, por escrito e em tempo hábil, de qualquer modificação nas características do objeto contratual.
- 9.1.3 exercer ampla fiscalização da execução dos serviços contratados, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei 8.666/93, ou contratar terceiros, os quais poderão realizar toda e qualquer verificação, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer todos os detalhes e informações necessários;
- 9.1.4 a ação ou omissão da fiscalização da ELETROCAR não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade pela execução dos serviços contratados;
- 9.1.5 efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação de serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- 9.1.6 dar à CONTRATADA as condições necessárias à execução do contrato;
- 9.1.7 facilitar o acesso da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e outros elementos informativos necessários à execução dos serviços.
- 9.1.8 efetuar o pagamento ajustado, dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento, após o cumprimento das formalidades legais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que, na hipótese de a ELETROCAR deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando com renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

10.1 O profissional habilitado à licitação que originou o presente instrumento, deverá ser o responsável técnico em todas as fases da execução contratual, podendo ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente aprovada pela ELETROCAR.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DAS RESPONSABILIDADES

11.1 A ELETROCAR não terá qualquer vínculo empregatício com diretores, empregados e/ou prepostos da CONTRATADA, devendo esta responsabilizar-se pelas obrigações sociais e trabalhistas que se referem a seus funcionários, prepostos ou proprietários, com seguro de acidente de trabalho, FGTS, INSS, IR, obrigações tributárias em geral, além dos salários e verbas resilitórias.

11.2 A ELETROCAR não responderá solidariamente pelos débitos de qualquer natureza da CONTRATADA, mormente trabalhistas, previdenciários e acidentários.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 O objeto deste contrato deverá ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser subcontratado, subempreitado, cedido ou sublocado.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A ELETROCAR fiscalizará os serviços, objeto do presente instrumento, verificando a correta execução dos mesmos, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, sempre que não atenderem as especificações estabelecidas.

13.2 A CONTRATADA deverá facilitar sob todos os aspectos, a ação da fiscalização, acatando as recomendações e/ou determinações da ELETROCAR.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pelo inadimplemento das obrigações, conforme a infração, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Atraso injustificado na Execução: Sujeitará a Contratada à multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratado, limitado este a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Inexecução parcial do contrato: Multa de 08% (oito por cento) sobre o valor contratado, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Eletrocar, pelo prazo de até 01 (um) ano.

c) Inexecução total do contrato: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Eletrocar, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Recusa na entrega e não cumprimento de obrigação acessória: 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo das demais cominações legais conforme o art. 87 “caput” da Lei 8.666/93.

e) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: suspensão do direito de licitar e contratar com a ELETROCAR, pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

14.2 As penalidades serão registradas no cadastro da Contratada, quando for o caso.

14.3 Na aplicação das penalidades previstas no contrato, a ELETROCAR considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

14.4 Ocorrendo prejuízo à ELETROCAR, por descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, as indenizações correspondentes serão devidas, independentemente de cobrança judicial ou extrajudicial, reservando-se à ELETROCAR o direito de aplicação das demais sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos legais é dado ao presente contrato o valor de R\$(.....).

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido das seguintes formas:

16.1.1 por ato unilateral da ELETROCAR, nos casos dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 e legislação subsequente.

16.1.2 amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação;

16.1.3 judicialmente, nos termos da legislação.

16.2 A eventual tolerância da **ELETROCAR** para com a **CONTRATADA**, na hipótese de descumprimento por parte desta, de qualquer cláusula ou dispositivo contratual, não importará em novação, desistência ou alteração contratual, nem impedirá a **ELETROCAR** de exercer, a qualquer tempo, contra a **CONTRATADA**, os direitos ou prerrogativas que, através do presente instrumento lhe são assegurados, ou por dispositivo legal;

16.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **ELETROCAR** em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77, da Lei nº 8.666/93.

16.4 Qualquer uma das partes poderá dar por rescindido o presente instrumento, bastando para tanto comunicar à outra parte por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do exercício contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Fica a **ELETROCAR** autorizada a descontar de quaisquer créditos da **CONTRATADA**, as importâncias referentes a multas ou prejuízos causados à **ELETROCAR** ou a terceiros;

17.2 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, Inciso II, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

17.3 As despesas decorrentes deste Contrato serão cobertas com recursos próprios;

17.4 Os casos omissos ou duvidosos serão dirimidos em comum acordo entre as partes;

17.5 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do item orçamentário nº 2.21.1001.

17.6 A **ELETROCAR** e a **CONTRATADA** não poderão se valer de acordos ou entendimentos que possam alterar qualquer disposição deste Contrato, senão quando celebrados, por escrito, entre os representantes da **ELETROCAR**, consoante dispõe o respectivo Estatuto Social e o(s) representante(s) legal(is) da **CONTRATADA**, devidamente credenciado(s);

17.7 Para pleitos sobre qualquer cláusula ou dispositivo deste instrumento ou assuntos de ordem técnica ou comercial relacionados com a execução, a **CONTRATADA** deverá dirigir-se à Gerência Contábil da **ELETROCAR**.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA– FORO

Fica eleito pelas partes o foro da cidade de Carazinho-RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de quaisquer litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, todas assinadas pelas partes contratantes e testemunhas, depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos.

Carazinho-RS,dede 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

Esta Minuta de Contrato se encontra examinada e aprovada por esta assessoria Jurídica.

Em ____ / ____ / ____

Anderson Luís do Amaral
OAB/RS 23.841